



LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

### Correção

Ao contrário do que foi publicado na edição de ontem, nesta página, sobre reforma política e eleitoral, o especialista em Direito Constitucional, João Jampaulo Junior, lembra que as eleições para o Legislativo já são proporcionais. Em sua entrevista, o advogado afirmou que, em síntese, "as eleições proporcionais poderiam adotar o voto distrital ou distrital misto".

### Desabafo 1

O vereador estreante na Casa de Leis de Jundiá, Wagner Ligabó (PPS), fez um desabafo em sua página de Facebook. "Sinceramente? A vontade é de pegar o boné, cair fora e, como se dizia antigamente, ir procurar minha turma", foi a frase que fechou a postagem datada de quinta-feira. No texto, ele afirma estar desanimado com o desenrolar da política. "Toda vez que, num surto de ânimo, digo: 'Agora vai!', vem a ducha de água fria."

### Desabafo 2

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do vereador para questionar sobre as motivações para a postagem. Contudo, foi informada que "não teria cunho político e se trataria de desabafo pessoal". No entanto, o texto é bastante incisivo com relação às decepções vividas nos últimos meses. Outra citação é em relação a empregos públicos, pedidos pela população e que não são de incumbência do vereador.

### Vetor Brasil

Na Imprensa Oficial de ontem foi publicada portaria sobre acordo efetuado entre a Prefeitura de Jundiá e a empresa Vetor Brasil, responsável por programas de treinamento em Gestão Pública para jovens brasileiros graduados em qualquer curso de ensino superior, que tenham a oportunidade de atuar no setor público brasileiro. A Unidade de Governo e Finanças informou, por nota, "que há a necessidade de avançar no desenvolvimento da parceria antes de apresentar um posicionamento."

### Encontro 1

Hoje acontece uma reunião para debater a reforma da Previdência entre 16 sindicatos de trabalhadores e o deputado federal jundiáense, Miguel Haddad (PSDB). O parlamentar havia sido convidado a conversar com os sindicalistas no início do mês. A agenda de hoje foi aberta exclusivamente para o encontro, que será realizado no escritório de Miguel, na Bela Vista.

### Encontro 2

Entre os participantes do encontro neste sábado está a presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Jundiá e Região (AAPJR), Fé Juncal. Segundo ela, "o governo tem que provar o que está afirmando. A prerrogativa de que há déficit na Previdência é uma falácia. Se há déficit, como conseguem tirar tanto dinheiro da Previdência para pagar juros da dívida pública?", questiona Fé, referindo-se à Desvinculação de Receitas da União.

### AO TRABALHO

Nomeações publicadas nas últimas edições da Imprensa Oficial reenquadram nomes já conhecidos da população

# Ex-vereadores se mantêm na ativa, agora, no Executivo

LUCIANA MÜLLER  
lmuller@j.com.br

Nomes conhecidos da Câmara de Jundiá, agora, estão do outro lado do poder. No Executivo - alguns pela primeira vez, outros retomando postos, como José Carlos Ferreira Dias, Ari Castro Nunes Filho, Adilson Rosa, Ademir Pedro Victor, Silvio Ermani e José Antonio Kachan, se alinham para prestar atendimento à população com foco na administração municipal.

Pela primeira vez no Executivo, José Carlos Ferreira Dias, o Zé Dias, vereador ininterrupto entre os anos de 1997-2016, não se reelegeu para a Casa de Leis no pleito passado, mas promete manter o trabalho com o atendimento ao público na função de Assessor Especial de Relacionamento com a Comunidade, da Unidade de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos. "Quando eu era vereador estava sempre aqui no Paço. O trabalho do vereador é buscar o atendimento à população. Agora, no Executivo, o foco se mantém. Ainda estamos alinhando como será a melhor maneira de fazê-lo - seja aqui no Paço ou atendendo nos bairros. Ter pessoas com experiência como vereador no governo é importante por já possuírem experiência e contato com a população", comenta.

Com experiência nas

duas esferas, José Galvão de Braga Campos, o Tico, foi vereador por três mandatos e teve cargos em comissão em outras administrações tuanas. "Estar aqui (Paço) é voltar às origens. Hoje num outro momento. A experiência e a bagagem política ajudam. Eu estive no Executivo antes de chegar ao Legislativo. Essa vivência política é importante", salienta o hoje assessor especial para Assuntos Legislativos.

Adilson Rosa, que é presidente do PR, foi vereador entre 2001-2008 e, agora, assume a unidade de Infraestrutura e Serviços Públicos. Ele não foi localizado pela reportagem até o fechamento da edição.

O engenheiro Ademir Pedro Victor também foi vereador entre os anos de 1997-2000, depois assumiu várias pastas nas gestões do PSDB. Agora, foi nomeado Coordenador Executivo de Obras de Infraestrutura, na Unidade de Gestão de Serviços Públicos.

Ari Castro Nunes Filho assumiu o cargo de Diretor do Núcleo de Planejamento, Gestão e Finanças da Unidade de Gestão de Agronegócios, Abastecimento e Turismo no governo de Luiz Fernando Machado (PSDB). Antes, foi vereador por quatro mandatos.

José Antônio Kachan foi nomeado ontem para o cargo de Diretor Técnico da Fundação Serra do Japi, mas recebeu a notícia com sur-



ZÉ DIAS Ex-vereador por cinco mandatos agora está no Executivo: atender municípios



TICO José Galvão de Braga Campos assume como assessor de Assuntos Parlamentares



GESTOR Adilson Rosa é presidente de sigla e comanda Serviços Públicos e Infraestrutura



OBRAS Ademir Pedro Victor retorna ao Paço na ex-pasta de obras: coordenador



FUNERÁRIO Silvio Ermani foi diretor do mesmo departamento em gestão anterior



SERRA José Antônio Kachan não sabia que seria nomeado; surpreso com a notícia

presa. "Estou (ontem) chegando de viagem. Nem sabia que havia sido nomeado. Estou surpreso. Só poderei dar informações na segunda, depois de tomar ciência do pos-

to", afirmou o ex-vereador por quatro mandatos.

De volta ao departamento de Serviço Funerário, Silvio Ermani, que já atuou no posto entre 2005-2008 e entre

2014 e 2015, foi assessor municipal na gestão de Pedro Bigardi (PSD). "A meta do vereador e do diretor é a mesma: atender bem toda a população", garante.

### LAVA JATO

## Congresso pode minar a operação, diz procurador

No terceiro aniversário da Lava Jato, os integrantes da força-tarefa da operação manifestaram preocupação com a sobrevivência da investigação.

"Basta uma noite no Congresso para derrubar a operação. Revelamos a extensão da corrupção. As provas estão aí, para que todos nós possamos vê-las", disse o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima.

Ele também criticou firmemente a movimentação nos bastidores do Congresso para resgatar uma proposta de anistia do caixa 2.

"Não existe essa discussão sem corrupção e lavagem de dinheiro. Esse discurso só interessa a quem cometeu os atos de lavagem. É um benefício da classe política para si mesmo, é inconstitucional e imoral", declarou.

Para Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da operação, o Congresso precisa caminhar para reformas que atuem na repressão e responsabilização dos crimes.

Ele defendeu restrições ao foro privilegiado. "O Supremo precisa instalar métodos para que seja restringido (o foro privilegiado)".

### Cooperação

O balanço de três anos da Lava Jato pelo Ministério Pú-

blico Federal destacou sobretudo a cooperação internacional.

Procuradores lembraram que a cooperação com a Suíça levou às provas contra Paulo Roberto Costa e Alberto Yousseff, no princípio da operação, bem como às prisões de Nestor Cerveró e do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha.

Foi lembrada ainda a recuperação de ativos internacionais, possível por meio desses acordos: R\$ 756,9 milhões.

### Três anos

Nesta sexta-feira (17), a maior operação de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro do país completou três anos. Tudo começou com quatro investigações da Polícia Federal: Dolce Vita, Bidone, Casablanca e Lava Jato. As três primeiras são nomes de filmes clássicos, escolhidos de acordo com o perfil de cada doleiro investigado. A última fazia referência a uma lavanderia e a um posto de combustíveis em Brasília, que eram usados pelas organizações criminosas. Desde então, já se foram 38 fases da Operação Lava Jato. Nesse período, os investigadores apuraram fatos relacionados a empreiteiras, doleiros, funcionários da Petrobras e políticos. As informações são da Agência Brasil.

De acordo com dados do Ministério Público Federal no Paraná atualizados em fevereiro, foram 57 acusações criminais contra 260 pessoas, sendo que em 25 já houve sentença por crimes como lavagem de dinheiro, corrupção, organização criminosa e tráfico transnacional de drogas. Até agora, a Lava Jato conseguiu recuperar R\$ 10 bilhões aos cofres públicos, entre valores que já foram devolvidos ou estão em processo de recuperação.

Para o procurador da República Diogo Castor, que faz parte da força-tarefa, a operação começou a mudar a ideia de que crimes do colarinho branco ficam impunes. "A Lava Jato democratizou a Justiça Criminal, demonstrou como deve ser uma Justiça Criminal eficiente, uma coisa que o brasileiro não está acostumado. O povo está acostumado ao setor público ineficiente em todas as esferas, desde o Judiciário, Legislativo, Ministério Público. A Lava Jato é a única coisa que deu certo no sistema de Justiça Criminal no Brasil", avalia.

Com poucos meses de existência, o braço fluminense da Operação Lava Jato já se aproxima da investigação sob responsabilidade do juiz paranaense Sergio Moro em quantidade de suspeitos mantidos na prisão. (Folhapress)

### JUSTIÇA NO RIO

## Mulher de Cabral vai para prisão domiciliar

A Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou nesta sexta-feira (17) que a advogada Adriana Anceimol, mulher do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), seja encaminhada para prisão domiciliar.

Adriana teve a prisão preventiva decretada em 6 de dezembro do ano passado, no âmbito da operação Calicute, desdobramento da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro que levou à cadeia o ex-governador.

A decisão foi tomada na tarde desta sexta-feira (17) pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Criminal Federal, que atendeu a pedido da defesa.

Adriana poderá ficar em casa, desde que sem celular e internet.

Ela terá direito à visita dos advogados constituídos no processo e parentes de até terceiro grau. Todas as visitas precisarão ser registradas.

O juiz entendeu que os filhos pequenos do casal, de 10 e 14 anos, teriam criação comprometida longe da mãe.

Bretas já havia negado o mesmo pedido, quando da prisão da advogada, em dezembro. Argumentou à época que o tempo em que ela passaria longe dos filhos se assemelharia a uma das viagens que o casal costumava fazer ao exterior.

Atualmente, a advogada se encontra no Complexo Peni-

tenciário de Bangu. A previsão é que ela vá para o apartamento da família, no Leblon, zona sul, no fim da próxima semana.

Antes, a Justiça fará uma vistoria para ver se o imóvel tem como atender às restrições impostas pela Justiça Federal.

Segundo as investigações, Adriana faria parte de suposto esquema de desvios de dinheiro e propina em obras no Estado do Rio, cujo líder seria o ex-governador.

Segundo o Ministério Público Federal, Adriana teria lavado dinheiro por meio da compra de R\$ 6,5 milhões em joias entre 2007 e 2016.

Ela é acusada ainda de utilizar sua firma de advocacia para simular contratos de serviços nunca prestados para encobrir propinas atribuídas ao marido.

Réus em processos na justiça federal, Cabral e Adriana não foram julgados pelos crimes que lhes são atribuídos, entre eles corrupção e lavagem de dinheiro. Nesta sexta, Bretas ouviu testemunhas de acusação no processo. Entre elas a gerente comercial da joalheria H.Stern, Maria Luiza Trotta. Ela disse que desde 2014 vendeu joias no valor de R\$ 6 milhões ao casal, parte das quais sem nota fiscal e a maioria em dinheiro vivo. (Folhapress)